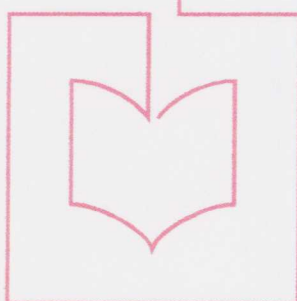
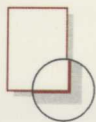


Certificação de
Contas





CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

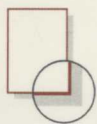
1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 2.201.392,56 euros e um total de capital próprio de 733.377,53 euros, incluindo um resultado líquido de 1.343,82 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do período findo naquela data.

RESPONSABILIDADE

2. É da responsabilidade da Comissão Permanente da Fundação a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Comissão Permanente, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

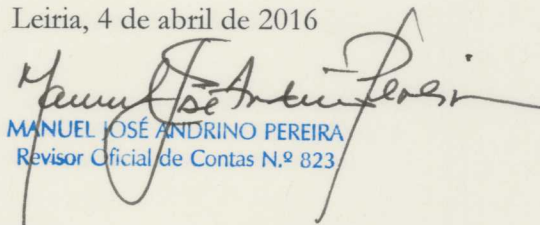
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA** em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

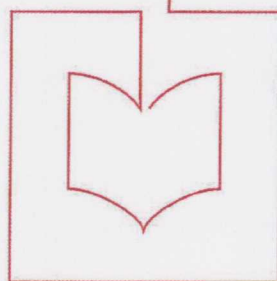
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período findo em 31/12/2015.

Leiria, 4 de abril de 2016


MANUEL JOSÉ ANDRINO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 823

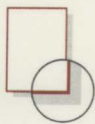
Relatório Anual
de Fiscalização



**Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria
do Período de 2015**

FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA

Manuel José Andrino Pereira
Revisor Oficial de Contas nº 823



f.

À
Comissão Permanente
da **FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA**

Exmos Senhores.

INTRODUÇÃO

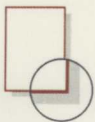
1. No âmbito da auditoria às contas da **Fundação Escola Profissional de Leiria**, emitimos o presente relatório que tem como objetivo dar a conhecer os trabalhos efetuados, as dificuldades encontradas, os assuntos de natureza técnica que necessitam de discussão e de decisão, as soluções propostas e, de uma maneira geral, as conclusões atingidas e a formulação de recomendações.

ÂMBITO

2. Procedemos à auditoria das contas dessa Entidade relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva certificação das contas com data de 4 de abril de 2016.
3. Durante o período não encontramos obstáculos à realização dos trabalhos nem dificuldades de comunicação com os membros do órgão de gestão, com os diversos responsáveis da Entidade e com o Contabilista Certificado.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS

4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
 - a) Reuniões com a comissão permanente e outros responsáveis sobre a atividade da entidade e dos negócios, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que consideramos necessários.
 - b) Leitura das atas do conselho da Fundação e da Comissão Permanente.
 - c) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela entidade, de erros materiais identificados e respetivas divulgações no Anexo.
 - d) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - e) Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - (1) Inspeção física dos principais elementos do ativo fixo tangível, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens.
 - (2) Confirmação direta e por escrito junto dos fornecedores e dos bancos dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Entidade; nos casos em que não foi



R.

obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

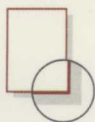
- (3) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade.
 - (4) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida.
 - (5) Análise das situações justificativas da constituição de perdas por imparidade e de provisões.
 - (6) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações e à ADSE.
 - (7) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos reconhecidos no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - (8) Apreciação da política de seguros do ativo não corrente e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.
- f) Solicitação das senhas da empresa das Finanças, da Certidão Permanente e da Segurança Social Direta, as quais foram obtidas sem qualquer dificuldade.
- g) Solicitação da Declaração do órgão de gestão, a qual foi obtida sem qualquer dificuldade.

TRABALHO REALIZADO

5. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar os seguintes aspetos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação das contas:
- a) A empresa prosseguiu de uma forma adequada e consistente as políticas contabilísticas seguidas nos períodos anteriores.
 - b) As demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2015 estão conformes com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e com os registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte.
 - c) A entidade cumpriu, na generalidade, o princípio da periodização económica ou do acréscimo.
 - d) Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:

Ativos fixos tangíveis:

- (1) Não foi feita, no período, a inspeção física total aos bens do ativo fixo tangível, contudo, foi feito o controlo documental de todas as aquisições de bens efetuadas em 2015.
- (2) As depreciações do período foram calculadas pelo método da linha reta tendo sido aplicadas as taxas máximas constantes no anexo ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, procedimentos estes que são consistentes com os utilizados nos períodos anteriores. Foram analisados os mapas de depreciações, tendo-se concluído pela sua total aderência aos valores evidenciados no balanço.



R

- (3) Fizemos testes às depreciações do período e acumuladas de diversos bens do ativo fixo tangível não tendo apurado quaisquer divergências.
- (4) Procedemos à análise dos bens patrimoniais, tendo verificado a sua total consistência com os valores registados na contabilidade, nomeadamente quanto à quantia bruta, depreciações do período e acumuladas.
- (5) Verificámos ainda que as viaturas registadas na contabilidade correspondem às registadas no Portal das Finanças.

Ativos intangíveis:

- (6) Procedemos à análise dos mapas de amortizações tendo concluído pela adequação das amortizações do período e acumuladas e a sua consistência com os valores registados na contabilidade.

Participações financeiras:

- (7) Em 2013 a Fundação aderiu ao CCD – Centro de Competências D. Dinis “Business School”, com uma participação de 2.500 euros.
- (8) Deste modo, as suas participações financeiras, mensuradas ao custo, correspondem à participação no CCD e na “Incubadora Dom Dinis”, no montante total de 5.000 euros.

Contas a receber:

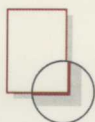
- (9) Pelo facto de em anos anteriores as entidades financiadoras da formação (Fundo Social Europeu e Segurança Social) nunca terem respondido aos nossos pedidos de confirmação de saldos, em 2015, voltámos a não pedir essa confirmação. Contudo, foi possível, através de meios alternativos, confirmar os saldos à data de 31 de dezembro de 2015.

Caixa e depósitos bancários:

- (10) Foram obtidas e testadas as reconciliações bancárias de todas as contas de depósitos à ordem tendo-se identificado todos os movimentos justificativos das diferenças apuradas.

Provisões:

- (11) Apesar de solicitada, não obtivemos resposta do advogado da Fundação (Dr Vitor Faria) sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais. Contudo, segundo informação obtida junto da Comissão Permanente e da análise de vária documentação, verificámos que se mantém pendente o recurso apresentado por um ex-dirigente contra a Fundação, que reclamava uma indemnização no valor de 32.421,86 euros. Prudentemente e com base em acórdãos proferidos sobre processos análogos, a Fundação manteve a provisão constituída em 2000, no montante de 2.954,53 euros e que considero aceitável.
- (12) Verificámos ainda no site “Rigorbiz” que a Fundação não tem nenhum processo judicial pendente em tribunal quer como ré quer como autora.



2

Financiamentos obtidos:

- (13) Foram pedidas informações bancárias às instituições de crédito onde a empresa tem contas abertas (Santander Totta e Caixa de Crédito de Leiria) sobre os saldos das contas de depósitos, empréstimos concedidos e outros débitos. Ambas responderam sendo os valores ou coincidentes ou, não o sendo, as diferenças foram perfeitamente conciliadas.

Contas a pagar:

- (14) Não foram feitas circularizações a fornecedores, uma vez que os saldos, à data de 31/10/2015 não eram materialmente relevantes, situação que se mantém em 31/12/2015.
- (15) Contudo, foram aplicados meios alternativos, nomeadamente a verificação de pagamentos subsequentes, que permitem concluir pela adequabilidade dos saldos das contas a pagar.

Passivos por impostos diferidos:

- (16) Em 2015, os passivos por impostos diferidos referentes aos subsídios para investimento foram reclassificados em ajustamentos em subsídios, em outras contas a pagar, de acordo com a FAQ 13 da CNC, de 13 de abril de 2013.

Acréscimos de gastos e de rendimentos:

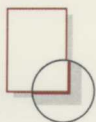
- (17) A entidade aplicou de forma consistente o princípio do acréscimo ou da periodização económica, segundo o qual os gastos e rendimentos são reconhecidos quando incorridos e obtidos e não quando pagos ou recebidos.

Diferimentos:

- (18) Verificámos que o financiamento aprovado para o período de janeiro a agosto de 2016 pelo POCH está adequadamente reconhecido no passivo, na rubrica de diferimentos.

Estado e outros entes públicos:

- (19) Foi feita uma análise da situação da Fundação perante o Estado, a Segurança Social, a Caixa Geral de Aposentações e a ADSE, tendo-se concluído pela sua total regularidade.
- (20) Confirmámos o envio da declaração periódica do IVA, o seu correto preenchimento e respetivo pagamento/reembolso, com observância dos prazos legais.
- (21) Confirmámos o envio das guias de retenção na fonte de IRS/IRC e o respetivo pagamento assim como a sua conformidade com as retenções evidenciadas na contabilidade, com a observância dos prazos legais.
- (22) Verificámos os deveres para com a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações e confirmámos o envio das declarações de remunerações e o respetivo pagamento, com observância dos prazos legais.
- (23) Verificámos a liquidação do imposto referente ao período de 2014 e os respetivos movimentos contabilísticos de regularização do imposto estimado, pagamentos por conta e retenções efetuadas por terceiros, tendo concluído pela sua adequabilidade.



[Handwritten signature]

- (24) Verificámos que os pagamentos por conta efetuados pela empresa referentes ao período de 2015 foram corretamente calculados e pagos nos prazos legais.

Responsabilidades contingentes:

- (25) Obtivemos junto da Comissão Permanente a informação da não existência de passivos contingentes, nomeadamente processos judiciais em curso movidos contra a entidade, passíveis de serem divulgados.

Gastos e rendimentos reconhecidos na demonstração dos resultados:

- (26) A análise documental dos gastos e rendimentos relevantes do período permitem concluir que o valor apurado reflete apropriadamente o resultado do mesmo.
- (27) Procedemos à análise documental de várias rubricas da área de fornecimentos e serviços externos, nomeadamente subcontratos, publicidade e propaganda, honorários, rendas e alugueres e seguros. Em nenhum documento encontramos qualquer situação anómala digna de registo.
- (28) Com base no programa de salários, conciliámos os valores processados com os contabilizados concluindo que os vencimentos processados, os descontos efetuados aos trabalhadores incluídos nas folhas de processamento de salários e os encargos patronais incluídos nas folhas de processamento de salários, conciliam com os valores contabilizados.
- (29) Verificámos os documentos mais significativos das rubricas de outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas, tendo concluído pelo seu correto reconhecimento e contabilização.

Outros

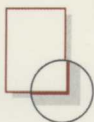
- (30) Foi feita uma análise à política de seguros da Fundação, tendo-se concluído pela existência de uma adequada cobertura de riscos.

Demonstrações financeiras:

- (31) Verificámos que as demonstrações financeiras preparadas pela Entidade estão de acordo com os modelos publicados pela Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, quer quanto à sua estrutura quer quanto à sua terminologia e que estão assinadas por todos os membros da Comissão Permanente e pelo Contabilista Certificado.
- (32) Verificámos ainda que as notas do anexo seguem a ordem da NCRF-ESNL e estão devidamente referenciadas nas demonstrações financeiras.

CONTROLO INTERNO

6. Para além dos aspetos referidos no ponto 5, entendemos ainda dever relatar os aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, seguintes:
- a) Apesar de não ter sido feita nenhuma avaliação do sistema de controlo interno, foram efetuados, no período, um conjunto de procedimentos de controlo às compras conforme ponto seguinte.



- b) Seleccionámos um nº aleatório de faturas de compras de bens destinados ao refeitório e verificámos todos os seus aspetos legais (NIPCs, moradas, datas, IVA, cálculos, designação dos bens/serviços e se os mesmos respeitavam a produtos usados pela entidade, contabilização) e também se a sua receção e conferência obedeciam ao sistema de controlo interno implementado na entidade.

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

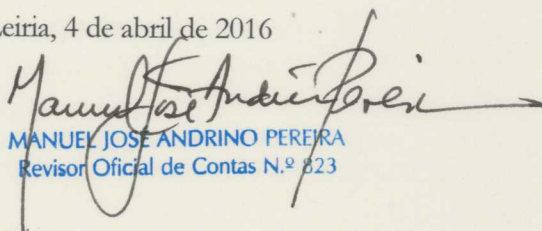
7. De acordo com o atrás exposto, emitimos a Certificação das Contas, com data de 4 de abril de 2016, na modalidade de “Sem Reservas”.

CONFORMIDADE DO RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

8. Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório da Comissão Permanente, o qual satisfaz os requisitos legais e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do período.

Por último gostaríamos de apresentar uma palavra de agradecimento à Comissão Permanente, ao Contabilista Certificado e a todo o pessoal administrativo pela colaboração e disponibilidade manifestadas.

Leiria, 4 de abril de 2016


MANUEL JOSÉ ANDRINO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 823